



GRUPO PARLAMENTAR

ENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE

E EXPEÇA-SE

30 JUNHO 1999

João Pedro da Silva

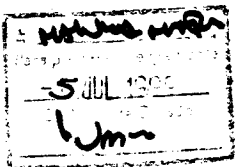
Exmº Senhor
Presidente da
Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº8.72 / VII (4.a) - AC

De acordo com informações recebidas pelo grupo Parlamentar do PSD a actual direcção da Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE) tem protagonizado algumas situações que, no mínimo, podem ser classificadas de menos claras e de que resulta a deterioração progressiva das relações entre a direcção da Inspeção e os funcionários .

Assim, atendendo por um lado, à importância deste organismo do Estado na área da prevenção e repressão de infracções anti-económicas e contra a saúde pública e, por outro, no papel que lhe cabe na defesa dos consumidores, especialmente numa altura em que a opinião pública tem sido confrontada com inúmeros casos de produtos alimentares que põem em risco a saúde dos consumidores pela Europa fora, o Grupo Parlamentar do PSD está preocupado com a actual situação da IGAE pelo que solicita que o Governo, através do Ministério da Economia, informe sobre o seguinte :

- A atitude não dialogante da actual direcção do IGAE e, nalguns casos, de autêntica incompatibilização com a generalidade dos funcionários, representados pela Associação Sindical dos Funcionários da Inspeção Económica (ASFIE), é compatível com a preparação em regime de secretismo da nova Lei Orgânica da Inspeção ?
- Será que a IGAE beneficiará com a alteração da respectiva Lei Orgânica, com a consequente remodelação dos serviços, em especial das carreiras inspectivas, quando os funcionários não participaram na sua elaboração e, provavelmente, não se revêm na nova Lei ?

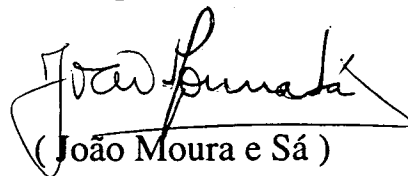


- O desmantelamento em curso das estruturas distritais da IGAE visa a criação de uma estrutura centralizada, contrária à própria natureza das actividades de fiscalização económica que, actualmente, competem à IGAE ?
- Será que os sucessivos casos de marginalização e de hostilização de funcionários, exemplos flagrantes de uma gestão autoritária e intimidatória, beneficiará os serviços públicos que a IGAE se propõe atingir ?

Nestes termos, impõe-se que o Governo explique, claramente, qual é a sua política para a Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE), sob pena de o actual estado de coisas poder conduzir à paralisia das actividades de fiscalização económica, determinantes para a defesa da saúde da generalidade dos consumidores portugueses .

Assembleia da República, 30 de Junho de 1999

O Deputado do PSD



(João Moura e Sá)